



**2º SIMULADO**

**1ª FASE**

**38º EXAME  
DE ORDEM**





## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

# II. Simulado OAB

## Prova Objetiva

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª Fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQAAB, neste link: [bit.ly/II\\_Simulado\\_OAB\\_Exame\\_XXXVIII](https://bit.ly/II_Simulado_OAB_Exame_XXXVIII)
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

**Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXVIII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!**

**O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.**



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Código de Ética e Estatuto da OAB

Priscila Ferreira

#### Questão 01.

Pedro, advogado, sente que o princípio da confiabilidade com seu cliente foi quebrado. Houve uma quebra de confiança após algumas atitudes do cliente. Diante da situação, decide renunciar ao mandato. Nessa hipótese, segundo o Estatuto de Advocacia e da OAB, é correto afirmar que Pedro continuará a representar seu cliente por:

- A) 15 dias, contados da notificação da renúncia.
- B) 10 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que o cliente constitua novo advogado antes do prazo.
- C) 15 dias, contados da notificação da renúncia, salvo se o cliente constituir novo advogado antes do prazo.
- D) 10 dias, contados da notificação da renúncia, salvo se o cliente constituir novo advogado antes desse prazo.

#### Questão 02.

Karla, advogada, atuou em defesa de Clara em um processo. Alguns meses depois, Karla recebeu uma intimação para prestar depoimento como testemunha em determinado processo no qual Clara é ré, sobre seus conhecimentos de fatos decorrentes do processo, obtidos exclusivamente diante do seu exercício profissional.

O magistrado que presidia o ato ressaltou que o depoimento de Karla havia sido solicitado pelo advogado da parte ré. No mais, foi informada que a ré estaria a desobrigando do dever de guardar sigilo. Em relação ao caso acima, com base nas normas estatutárias, é correto afirmar que:

- A) Os segredos advindos da prática profissional, após determinado período de recesso, podem ser livremente utilizados pelo advogado.
- B) É caso de recusa justificada ao depoimento por ter tido o advogado ciência dos fatos em virtude do exercício da profissão.
- C) O advogado deverá prestar o depoimento, mesmo contra sua vontade, desde que autorizado pelo cliente.
- D) O advogado deve comparecer ao ato e prestar depoimento como testemunha dos fatos.

#### Questão 03.

Um jovem advogado, Mateus, editou para fins de publicidade, cartões de visita como advogado, e incluiu os títulos acadêmicos, as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, bem como as instituições jurídicas de que faz parte, mencionou os cargos públicos que já ocupou, as especialidades a que se dedica, o endereço, fotografia pessoal e do escritório. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta:

- A) É vedada menção aos títulos acadêmicos, fotografia pessoal e endereço.
- B) É permitida a inclusão de fotografia pessoal.
- C) É vedada a inclusão de cargos ou função que já ocupou e de fotografia pessoal.
- D) É vedada a inclusão de fotografia pessoal e do escritório.

#### Questão 04.

Marcelo, aluno regularmente matriculado na escola de Direito, obtém a sua graduação e, logo em seguida, foi aprovado no Exame de Ordem. A respeito da inscrição no quadro de advogados, assinale a afirmativa correta.

- A) Se Marcelo for absolutamente incapaz poderá obter sua inscrição na OAB.
- B) O título de eleitor e a quitação com o serviço militar não são essenciais para que Marcelo possa se inscrever perante a OAB.
- C) O Bacharel em Direito que preencher todos os requisitos e a instituição não conseguir expedir o diploma, deve apresentar certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada.
- D) Marcelo passou por uma situação conflituosa que foi intensamente divulgada na mídia, tendo sido publicado, em certos jornais, que Marcelo não teria idoneidade moral para o exercício das atividades de advogado. A idoneidade foi suscitada perante a OAB e declarada por meio de decisão, mesmo assim depois de 1 ano do ocorrido, o bacharel pode requerer sua inscrição na OAB caso seja aprovado em novo exame.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Questão 05.

A advogada Maria reside no Rio de Janeiro, onde mantém seu escritório, mas requer sua inscrição principal em São Paulo, onde, em alguns anos pretende estabelecer domicílio, mesmo sem ter nenhuma ação judicial no território. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) A advogada não pode ter inscrição principal em São Paulo, por não ter ação judicial no território.
- B) Na dúvida entre domicílios, a advogada pode eleger qualquer seccional para inscrição principal ao seu arbítrio.
- C) A inscrição principal está subordinada ao domicílio profissional do advogado.
- D) A inscrição principal fica subordinada a instituição que a advogada se formou.

### Questão 06.

Patrícia, advogada, é acometida por doença mental considerada curável para os médicos, perdendo temporariamente suas faculdades de discernimento. Nos termos das regras estatutárias, é correto afirmar que:

- A) A sua inscrição na OAB deve ser cancelada diante da curabilidade da doença e deve ser feito novo exame de ordem para voltar as atividades profissionais.
- B) A sua inscrição na OAB deve ser extinta por decisão da junta médica convocada para tal fim, mas não precisa ser feito novo exame de ordem para voltar as atividades profissionais.
- C) A sua inscrição na OAB deve ser suspensa diante da incurabilidade da doença e deve ser feito novo exame de ordem para voltar as atividades profissionais.
- D) Licencia-se por sofrer doença mental considerada curável, nesta hipótese, o seu afastamento perdurará até que se apresente laudo probatório de sua recuperação. A advogada fica isenta do pagamento da anuidade durante o afastamento.

### Questão 07

A advogada Bruna, foi presa em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia. Na delegacia, teve a assistência de advogado por ela constituído. O ato da prisão foi lavrado sem a presença de representante da OAB. Sobre a situação, assinale a alternativa correta.

- A) Em regra, o advogado poderá ser preso em flagrante em razão do exercício da advocacia mesmo sem a presença de um representante legal da OAB.
- B) Só é obrigatória a presença de representante da OAB quando a prisão não decorre de motivo ligado ao exercício da advocacia.
- C) É obrigatória a presença de representante da OAB quando a prisão decorre de motivo ligado ao exercício da advocacia. Se a OAB não remeter um representante em tempo hábil, não haverá que se falar em invalidade da prisão em flagrante.
- D) A prisão em flagrante não é nula, pois a presença de representante da OAB é facultativa em qualquer caso.

### Questão 08.

A advogada Juliana, gestante, ao ingressar em certo Tribunal foi submetida a detectores de metais e aparelhos de raio X, não teve suspensão de prazos processuais, mesmo sendo a única patrona da causa, e não teve preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas no dia, mesmo comprovando a sua condição. Considerado o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta:

- A) Juliana tem o direito de não ser submetida a aparelho de raio X, embora deva passar pelo detector de metais, também possui o direito da suspensão de prazos processuais, e preferência na ordem das sustentações orais.
- B) Juliana tem o direito, independentemente do teor da alegação sobre segurança, de não ser submetida ao detector de metais, nem ao aparelho de raio X, e tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas no dia.
- C) Juliana tem o direito de suspensão nos prazos processuais, quando for a única patrona da causa, e desde que haja notificação por escrito ao cliente.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

D) Juliana tem direito ao acesso à creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

### Filosofia do Direito

Jean Vilbert

#### Questão 09.

“É impossível conhecermos a natureza do direito se restringirmos nossa atenção a uma regra isolada. As relações que concatenam as regras específicas de uma ordem jurídica também são essenciais à natureza do direito.” (Hans Kelsen)

Sobre a teoria kelseniana, considere as assertivas abaixo e marque a correta:

- a) A validade é uma qualidade do direito, ao passo que eficácia é uma qualidade da conduta dos homens.
- b) A autonomia do direito como ciência seria obtida ao aproximá-lo da metodologia das demais ciências sociais.
- c) A justiça é um dado, podendo-se obter uma certeza a seu respeito por meio da positivação.
- d) Como o direito não possui universalidade, o exame da eficácia deve recair sobre o conteúdo de cada norma jurídica.

#### Questão 10.

“A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento”

Esta frase pode ser atribuída a:

- a) Immanuel Kant, que esboçou a justiça como circunstancial e contingencial.
- b) Aristóteles, que buscou desenvolver um conceito de justiça ligado a uma igualdade absoluta.
- c) John Rawls, para quem justiça é equidade, baseada na estrutura social, não em ações humanas individualmente consideradas.
- d) São Thomas de Aquino, para quem a justiça se faz pelo conjunto de decisões humanas, dos juizes, não de leis.

### Direito Constitucional

Diego Cerqueira

#### Questão 11.

Maria, de nacionalidade italiana se naturalizou brasileira. No entanto, foi condenada, anteriormente, na Itália, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Alguns anos depois, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Brasil e requereu a extradição de Maria. Com base no sistema constitucional brasileiro, podemos afirmar que:

- a) Maria só pode ser extraditada se for declarada a perda da nacionalidade brasileira.
- b) Maria pode ser extraditada em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, é possível a aplicação do tratado de extradição celebrado posteriormente.
- c) Maria poderia ser extraditada em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não é possível a aplicação do tratado de extradição celebrado posteriormente.
- d) Maria poderia ser extraditada, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, diante da natureza do crime.

#### Questão 12.

Pedro foi até uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o objetivo de obter uma certidão declarando não existir nenhum benefício em seu nome. O INSS, negou o pedido de emissão de certidão e não apresentou justificativa. Nessa situação é cabível o ajuizamento de:

- a) mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de Pedro.
- b) o mandado de segurança.
- c) o habeas data.
- d) a reclamação.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Questão 13.

Determinada agência reguladora federal editou uma portaria proibindo aos médicos prescrever a utilização de certos medicamentos, sem qualquer justificativa. A Associação Brasileira de Profissionais da Saúde, entidade de âmbito nacional constituída há mais de dois anos quer propor uma medida judicial objetiva contra aquela medida, a ADPF. Sobre a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), é correto afirmar que:

- a) Tem como um dos legitimados ativos o Supremo Tribunal Federal.
- b) A ADPF é cabível diante de direito estadual em relação à Constituição Federal.
- c) Tem como um de seus legitimados especiais a Defensoria Pública.
- d) Possui caráter subsidiário em relação a outras ações que podem vir a sanar a lesividade observada.

### Questão 14.

Na Universidade Estratégia, o professor Diego ministrava uma aula sobre Processo Legislativo Especial e se deparou com uma discussão acalorada em sala. Os estudantes do 8º período do Curso de Direito travaram discussão sobre as Emendas Constitucionais. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A CF poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) Se a emenda é rejeitada ou prejudicada haverá seu arquivamento, mas pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- c) O cidadão não tem permissão para apresentar proposta de Emenda à Constituição Federal.
- d) A constituição poderá ser emendada mesmo na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

### Questão 15.

Em 2014, Pedro foi eleito governador do Estado de São Paulo. O seu vice à época era Diogo. Pedro foi reeleito em 2018, juntamente com Diogo sendo o seu Vice. O problema é que durante o 2º mandato, Pedro veio a falecer. Com a vacância do cargo, Diogo sucedeu a Pedro

assumindo o cargo de Governador para completar o mandato do antecessor. Contudo, em 2022, Diogo decidiu se candidatar a Governador e chegou ao STF o questionamento dessa candidatura. À luz do sistema constitucional vigente, podemos afirmar que:

- a) Diogo ao ser eleito, estaria no exercício de um terceiro mandato consecutivo e não poderia se candidatar pois já exerceu dois mandatos consecutivos.
- b) Diogo estaria no cargo de Chefe do Executivo pela segunda vez e não pela terceira vez. Somente quando sucedeu o titular é que passou a exercer o seu primeiro mandato como titular do cargo, e caso venha a ser reeleito seria seu segundo mandato.
- c) Como Diogo já tinha se candidatado a vice duas vezes consecutivas, não poderia se candidatar para o cargo de titular.
- d) Diogo poderia se candidatar a vice indefinidamente.

### Questão 16.

Joana, empresária da rede de lojas “Boutique M”, localizada no Município Alfa, decide expandir os seus negócios para Município Beta. Após realizar uma pesquisa de mercado e concluir viabilidade, solicitou uma autorização junto à prefeitura para instalar sua nova loja. Ocorre que, foi surpreendida com o indeferimento, e a administração municipal informou que o município Beta já conta com várias lojas de departamento, sendo que há uma lei Municipal vedando que estabelecimentos de igual natureza sejam instalados no mesmo bairro a menos de 650m de distância um do outro. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- A) A administração municipal está correta tendo em vista que há lei Municipal que veda que estabelecimentos de igual natureza sejam instalados no mesmo bairro a menos de 650m de distância um do outro.
- B) A norma municipal ofende o princípio da livre concorrência quando impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- C) A lei municipal apenas pode impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo.
- D) É permitida lei municipal que veda a livre concorrência com o intuito das lojas aumentarem as vendas e o lucro ser centralizado.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Direitos Humanos

Ricardo Torques

#### Questão 17.

O sistema global de Direitos Humanos foi pensado para proteger as vítimas de violações ou ameaças de violações dos direitos humanos. Daí os variados mecanismos que buscam proteção ou reparações em face de diferentes violências. Contudo, dentro do sistema global há um tratado internacional que instituiu um órgão de caráter permanente e independente voltado especificamente para o julgamento e a punição de indivíduos agressores e não diretamente para a proteção das vítimas.

Assinale a opção que indica esse órgão.

- A) Corte Internacional de Justiça - Corte de Haia - instituída pela Carta das Nações Unidas.
- B) Conselho de Segurança da ONU, instituído pela Carta das Nações Unidas.
- C) Tribunal Penal Internacional, instituído pelo Estatuto de Roma.
- D) Corte Europeia dos Direitos dos Homens, instituída pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

#### Questão 18.

Conforme o entendimento sedimentado do STF acerca do Estado de Coisas Inconstitucionais, quando verificada a existência de um quadro de violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, causado pela inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura, O Poder Judiciário:

- A) Deve respeitar a independência e a separação dos poderes, de maneira que não pode intervir.
- B) Pode reconhecer e determinar medidas.
- C) Pode reconhecer, mas não determinar medidas, em razão da separação dos poderes.
- D) Pode reconhecer e declarar medidas, desde que não envolva gasto público.

### Direito Internacional

Vanessa Arns

#### Questão 19.

Pierre, um cidadão francês residente em Paris, está a trabalhar no Brasil quando decide assinar um contrato com a NihonTech, uma empresa japonesa que produz tecnologia avançada. O contrato é para a compra de um lote de produtos que será entregue no Rio de Janeiro. Considerando a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro (LINDB), qual é a lei aplicável para reger a obrigação contratual?

- a) A lei brasileira, pois o contrato foi assinado no Brasil.
- b) A lei francesa, pois Pierre é cidadão francês e reside no país.
- c) A lei japonesa, pois a NihonTech é uma empresa japonesa.
- d) Não é possível determinar a lei aplicável sem mais informações sobre o contrato.

#### Questão 20.

Fernando, um cidadão boliviano, entrou no Brasil com um visto de turista e decidiu permanecer no país além do período permitido pelo seu visto. Ele conseguiu emprego e tem vivido no Brasil por três anos. As autoridades brasileiras descobriram a situação irregular de Fernando e iniciaram um procedimento administrativo. Com base na Lei de Migração Brasileira (Lei nº 13.445/2017), qual das seguintes alternativas descreve corretamente o procedimento que pode ser aplicado a Fernando?

- A) Fernando será deportado imediatamente, sem qualquer possibilidade de defesa ou recurso.
- B) Fernando pode ser submetido a um processo de deportação, que permitirá a apresentação de defesa.
- C) Fernando será automaticamente naturalizado como cidadão brasileiro por ter vivido no país por mais de um ano sem problemas legais.
- D) Fernando não pode ser expulso porque a Lei de Migração não permite a expulsão de cidadãos de países membros da UNASUL.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Direito Tributário

Rodrigo Martins

#### Questão 21.

A pessoa jurídica Alfa entregou sua autodeclaração de débitos relativa ao ICMS, porém, não pagou o débito declarado. Um ano e dois meses depois a Fazenda Pública Estadual inscreveu esse débito na Dívida Ativa e ajuizou, no mesmo mês, a Execução Fiscal de cobrança. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) A Execução Fiscal só poderia ter sido ajuizada após a homologação do autolancamento.
- B) A entrega da declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constituiu o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte da Fazenda Pública.
- C) A Execução Fiscal deve ser extinta, pois ocorreu a extinção do crédito pela prescrição.
- D) A pessoa jurídica não poderia ter entregue um lançamento por homologação, que só pode ser elaborado por pessoas físicas.

#### Questão 22.

O Presidente de uma entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos que cumpre todos os requisitos previsto no art. 14 do CTN para o reconhecimento do direito à imunidade tributária lhe consulta objetivando saber se a instituição em questão possui: 1) imunidade tributária quanto ao IRPJ (Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica); e 2) imunidade tributária quanto à contribuição para a seguridade social. Quanto à consulta realizada, você responderá que a instituição:

- A) Não tem direito à imunidade quanto ao imposto.
- B) Não tem direito à imunidade quanto às contribuições para a seguridade social.
- C) Tem direito à imunidade quanto ao imposto e quanto à contribuição para a seguridade social.
- D) Não tem direito à imunidade quanto ao imposto e quanto à contribuição para a seguridade social.

#### Questão 23.

A indústria ABC Ltda. vende mercadorias à pessoa jurídica XYZ Ltda., que as revende, por sua vez, aos consumidores finais. Por força da legislação estadual, a indústria ABC Ltda. é substituta tributária da pessoa jurídica XYZ Ltda., deve recolher o ICMS por ela devido (pela pessoa jurídica XYZ Ltda.), incidente na venda que faz aos consumidores finais. Ocorre que a indústria ABC Ltda. recolheu indevidamente o ICMS em determinado período, como substituta tributária de XYZ Ltda., relativamente a fato gerador presumido que posteriormente não se realizou. Com base na hipótese, é correto afirmar que a legitimidade jurídica para postular a restituição desse imposto indevidamente pago é:

- A) Do consumidor final, contribuinte de fato.
- B) Da pessoa jurídica XYZ Ltda.
- C) Da pessoa jurídica ABC Ltda.
- D) Da pessoa jurídica XYZ Ltda. e da pessoa jurídica ABC Ltda, concorrentemente e pro rata.

#### Questão 24.

O Poder Legislativo do Município Alfa aprovou, por meio de lei, uma nova PGV - Planta Genérica de Valores, que fixa a base de cálculo efetiva do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana para cada imóvel sujeito à incidência desse imposto. A referida lei foi publicada em 30 de novembro de 2022, estabelecendo sua aplicação para todos os fatos geradores praticados a partir de 1º de janeiro de 2023. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- B) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete ao Princípio da Anterioridade Anual.
- C) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete aos Princípios da Anterioridade Anual e da Anterioridade Nonagesimal.
- D) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete ao Princípio da Irretroatividade.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Questão 25.

Rodrigo importou, pessoalmente, como pessoa física, uma motocicleta, que será por ele utilizada (isto é, para o seu uso pessoal, sem o intuito de revenda em atividade comercial). Ao retirar o veículo no Departamento Aduaneiro da Receita Federal do Brasil (isto é, ao realizar o desembaraço aduaneiro) foi surpreendido com a exigência do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre a importação de mercadoria proveniente do exterior. Sobre essa exigência fiscal, é correto afirmar que:

- A) Está incorreta, pois não é devido ICMS na importação feita por pessoa física que não é contribuinte habitual do imposto.
- B) Está incorreta, pois não é devido ICMS na importação de mercadoria para uso próprio do importador.
- C) Está incorreta, pois a entrada de mercadoria importada do exterior possui imunidade tributária relativamente ao ICMS.
- D) Está correta, sendo devido o ICMS na importação feita por pessoa física que não é contribuinte habitual do imposto, mesmo que a mercadoria seja para uso próprio do importador.

### Direito Administrativo

Igor Maciel

### Questão 26.

A empresa Varre e Limpa S.A. firmou contrato com o Município Alfa, em virtude de procedimento licitatório promovido pela Administração municipal para limpeza dos logradouros urbanos. Após uma denúncia anônima, realizou-se investigação acerca do contrato, na qual ficou comprovado que Varre e Limpa S.A. havia cometido fraude em relação a alguns dos documentos exigidos na licitação. Como o contrato foi celebrado à luz da Lei 14.133/2021, a penalidade aplicada foi apenas de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo Varre e Limpa S.A. de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo de 2 anos.

Sobre o disposto, assinale a alternativa correta:

- a) A penalidade está correta e de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021.

b) A penalidade aplicada está incorreta, pois como tratou-se de fraude, deveria ter havido, cumulativamente, a penalidade de multa.

c) A penalidade aplicada está incorreta, pois a proibição deveria abranger apenas a Administração Pública direta e indireta do Município Alfa.

d) A penalidade aplicada está incorreta, pois o prazo da punição deve ser de no mínimo 3 anos.

### Questão 27.

A empresa estrangeira “Great Honesty”, que possui filial em território brasileiro, planejava celebrar contrato com a Administração Pública para fornecimento de materiais de escritório. Após firmado o contrato, ficou comprovado que “Great Honesty” havia procurado afastar outros licitantes, através do oferecimento de algumas vantagens financeiras. Sobre a situação narrada e levando em consideração as disposições da Lei 12.846/2013, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá ser determinada a suspensão das atividades de “Great Honesty”, mas não sua dissolução compulsória.
- b) Como se trata de empresa estrangeira, não há de se falar em ato lesivo à Administração Pública.
- c) A situação econômica de “Great Honesty” não será levada em consideração na aplicação das sanções, bastando restar comprovada a gravidade da infração, a vantagem auferida, a consumação da infração e o grau da lesão causada.
- d) Como houve dolo na lesão à Administração Pública, a infração é considerada imprescritível.

### Questão 28.

Maurício, suspeito de assassinar Jocélia, sofreu um acidente de carro, sendo levado pelos socorristas ao hospital público estadual mais próximo. Através de noticiário na televisão, Eustáquio, pai de Jocélia, ficou sabendo onde se encontrava Maurício e resolveu se vingar do suposto assassino de sua filha. Dirigiu-se então até o referido hospital público, adentrando nas instalações sem qualquer intervenção, posto que não havia vigilantes ou qualquer tipo de revista pessoal na porta. Efetuou 5 disparos de arma de fogo em Maurício, que veio a falecer no local. Em seguida, Eustáquio fugiu,



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

sem ser capturado. Acerca da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Não há de se falar em responsabilidade civil do estado, posto que o evento se deu por fato exclusivo de terceiro.
- b) Há responsabilidade civil subjetiva do estado pois se trata de ato omissivo.
- c) Há responsabilidade civil objetiva do estado, pois o hospital foi omissivo no fornecimento de segurança, contribuindo de forma determinante para o homicídio corrido.
- d) Não há de se falar em responsabilidade civil do estado, posto que, em razão da situação ser imprevisível, inexistente nexos causal.

### Questão 29.

Uma determinada pessoa jurídica de direito cujas atividades são dirigidas à proteção e preservação do meio ambiente, intenta se qualificar como Organização Social. No entanto, os dirigentes de tal entidade possuem várias dúvidas acerca da possibilidade ou não da pretensão, motivo pelo qual contratam você, como advogado, para melhor orientá-los. A partir da situação narrada, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei 9.637/98.

- a) Para se qualificar, a pessoa jurídica deve ter sido constituída e se encontrar em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos.
- b) A qualificação se dará por meio de contrato de gestão, que é uma espécie de contrato.
- c) A qualificação somente poderá ocorrer se a mencionada pessoa jurídica não tiver fins lucrativos.
- d) Uma vez cumpridos todos os requisitos, é direito subjetivo da pessoa jurídica ser qualificada.

### Questão 30.

Maurinho é diretor da Empresa Lumus S/A, concessionária do serviço de iluminação pública no Município de Altinha, localizado no Estado Gama. Um certo dia, Maurinho toma conhecimento de que um grande terreno, propício para captação de energia eólica, está sem uso há muitos anos. Desta feita, pretende desapropriá-lo para instalar os aerogeradores, cuja energia gerada beneficiará toda a população de Altinha.

Acerca da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a desapropriação seja judicial, o foro competente será o da União, posto que os potenciais de energia elétrica são bens da União.
- b) Não é possível que Lumus S/A promova a desapropriação pretendida.
- c) Caso o Poder público, após desapropriar a área, não dê nenhuma destinação ao terreno, seu ex-proprietário fará jus à retrocessão.
- d) Não será possível a desapropriação caso o pretendido terreno pertença ao Estado Gama, ainda que haja autorização legislativa.

## Direito Ambiental

André Rocha

### Questão 31.

A sociedade empresária Alfa deseja instalar nova unidade industrial no Município ABC e, para tanto, entrou com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental estadual, pois este era competente para licenciar o empreendimento.

Com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), o órgão licenciador exigiu compensação ambiental por parte da sociedade Alfa.

No que concerne à compensação exigida, pode-se afirmar que

- A) Ao empreendedor compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o órgão ambiental.
- B) Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento ambiental só poderá ser realizado pelo órgão responsável por sua administração.
- C) A obrigação da compensação pode, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável.
- D) O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

### Questão 32.

Em decorrência de grave dano ambiental em uma Área de Preservação Permanente devido ao vazamento de óleo lubrificante de uma planta industrial, uma associação civil propôs ação civil pública em face do causador do dano.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que associações civis não são legitimadas a propô-la.
- b) Caso o vazamento de óleo tenha sido resultado direto de tremor de terra natural ocorrido no local, ficará afastada a responsabilidade civil da empresa envolvida.
- c) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, deve obrigatoriamente atuar como fiscal da lei.
- d) Prescreve em 5 anos a pretensão de reparação civil de dano ambiental.

### Direito Civil

Paulo Sousa

### Questão 33.

Mathias comprou um carro de July, o valor do bem foi estipulado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem pagos com uma entrada de R\$10.000,00 (dez mil reais) e três parcelas sucessivas de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Ocorre que, após a tradição do bem e o pagamento da primeira parcela, próximo ao segundo mês da celebração do negócio, Mathias disse para July que estava sem condições de pagar a segunda parcela na data avençada, haja vista que teve problemas de saúde. Perto do terceiro mês, novamente a mesma desculpa de que não tinha o dinheiro para pagar os valores devidos. Enfurecida com a situação, a credora comentou estar preocupada com Mathias, tendo em vista que o rapaz já estava há meses em tratamento e ela temia ser algo maligno. Ocorre que, após ouvir a conversa de July, sua amiga que frequentava o mesmo emprego que Mathias, disse-lhe que tudo isso não passava de mentira, pois

ficou sabendo que o devedor estava se esquivando de sua obrigação e planejando ir ao show da Taylor Swift, por isso estava doando seus pertences valiosos para um amigo que trabalha na venda de ingressos para conseguir o melhor lugar no show. Diante do caso apresentado, responda:

- A) A doação formulada por Mathias poderá ser desfeita por se tratar de fraude contra credores, tendo o prazo decadencial de 4 anos para anular o negócio.
- B) A doação formulada por Mathias poderá ser desfeita por se tratar de lesão, tendo o prazo decadencial de 4 anos para anular o negócio.
- C) A doação formulada por Mathias não poderá ser desfeita, pois cabe a ele decidir o que fazer com seus pertences.
- D) A doação feita por Mathias deve ser anulada por se tratar de fraude contra credores, tendo o prazo prescricional de 4 anos para anular o negócio.

### Questão 34.

Patrick decidiu trabalhar no restaurante conhecido como 'SIRI CASCUDO' cujo proprietário é o Sr. Siriguejo. O novo funcionário ficou encarregado de servir os famosos hambúrgueres de siri para os clientes. No primeiro dia de serviço tudo estava correndo muito bem até que Patrick se estressou com a correria e acabou jogando a comida na cara de um crítico culinário que visitava o local pela primeira vez. Enfurecido com a situação que passara, o cliente insatisfeito disse que iria tomar as medidas processuais cabíveis contra o restaurante. Diante do caso, responda:

- A) Siriguejo responderá pelo ato ilícito cometido por Patrick, aplicando-se ao caso a responsabilidade subjetiva.
- B) Siriguejo não será responsável pelo fato, haja vista que foi Patrick o autor da conduta antijurídica.
- C) Siriguejo responderá pelo ato ilícito cometido por Patrick, aplicando-se ao caso a responsabilidade objetiva.
- D) Deverá ser aplicada a culpa exclusiva da vítima.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Questão 35.

Daniela e Márcia moram juntas há cerca de 2 anos. As duas sempre se chamam de esposa em posts das redes sociais. Durante o tempo que começaram a morar juntas, o casal viajou pela Europa, comprou um apartamento no nome de Daniela e Márcia decidiu trocar seu carro, veículo que adquiriu antes de conhecer a companheira, por outro do mesmo valor, mas que era mais confortável para duas pessoas e quem sabe para futuros filhos. Ocorre que, nas últimas semanas Daniela disse que estava com medo da evolução do relacionamento e achava que as duas deveriam dar um tempo e pensar no que realmente seria bom para o futuro, também pediu para que Márcia deixasse o apartamento. Enfurecida com a premente decisão da companheira, Márcia procurou auxílio de um advogado. Diante do caso exposto, marque a alternativa correta:

- A) O relacionamento de Daniela e Márcia é definido como namoro
- B) Márcia poderá pedir o reconhecimento da união estável, aplicando-se o regime da comunhão parcial de bens, devendo ser partilhado somente o apartamento.
- C) Márcia poderá pedir o reconhecimento da união estável, aplicando-se o regime da comunhão parcial de bens, havendo a partilha do apartamento e do veículo.
- D) Márcia poderá pedir o reconhecimento da união estável, aplicando-se o regime da comunhão parcial de bens, sendo que o apartamento é exclusivo de Daniela por ter sido comprado em seu nome e o carro é exclusivo de Márcia.

### Questão 36.

Os irmãos Baudelaire (Violet - 12 anos, Klaus - 10 anos e Sunny - 9 meses), menores incapazes, acabaram de saber sobre o acidente que levou ao falecimento de seus pais. Preocupados com a situação, tendo em vista que a mansão em que residiam pegou fogo e ficou impossibilitada de morar, querem saber com quem ficarão e como voltarão para a rotina de estudos e brincadeiras que levavam antes do infortúnio acontecer. Sobre o caso, responda:

- A) Os irmãos Baudelaire deverão ser submetidos à tutela, devendo a nomeação obedecer a seguinte ordem: ascendentes e colaterais.

B) Os irmãos Baudelaire deverão ser submetidos à curatela, devendo o curador ser nomeado na seguinte ordem: cônjuge, ascendentes e descendentes.

C) Os irmãos Baudelaire deverão ser emancipados para responder pelos próprios atos na vida civil.

D) Os irmãos Baudelaire serão submetidos à tomada de decisão apoiada.

### Questão 37.

Oswaldo, solteiro, é pai solo de trigêmeos e mora com as crianças em uma casa na cidade AB. Certo dia, Oswaldo decide viajar com os filhos até a zona rural da cidade ABC. Durante a visita ao seu tio, Oswaldo percebe que o sítio vizinho está fechado e pergunta ao seu tio o motivo. Alberto, tio de Oswaldo, informa que o proprietário do imóvel teve que se deslocar até a cidade Y para tratar de uma doença e que ficaria fora por tempo indeterminado.

Percebendo que a vida no campo era mais calma, mesmo sabendo que o sítio não estava abandonado, Oswaldo decide ocupar o imóvel e residir ali com seus filhos, alugando sua casa em AB para obter renda mensal.

Após 5 anos de posse direta do imóvel, Oswaldo é surpreendido pelo verdadeiro proprietário, que o notifica para desocupar o imóvel em até 30 dias, sob pena de sofrer as consequências jurídicas.

É importante notar que o período de posse direta é de 5 anos e que o sítio possui 150 hectares.

- A) Oswaldo poderá adquirir a propriedade originária do sítio por meio da usucapião especial rural.
- B) Oswaldo poderá adquirir a propriedade originária do sítio por meio da usucapião especial urbana.
- C) Oswaldo poderá adquirir a propriedade originária do sítio por meio da usucapião extraordinária.
- D) O proprietário do bem poderá requerer a posse direta no sítio por meio da reintegração de posse.

### Questão 38.

Sheldon Cooper é uma criança prodígio que terminou o ensino escolar com apenas 11 anos de idade. Como sempre sonhou em ganhar o prêmio Nobel, Sheldon ingressou na faculdade com 12 anos e colou grau com 16 anos completos. Animado para iniciar uma pós-graduação e um mestrado para entrar na Caltech,



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

Sheldon decide ser independente e assinar os atos por si só sem qualquer assistência dos responsáveis, contudo, seus pais não desejam perder a responsabilidade sobre o filho enquanto ele não alcançar os 18 anos. Sobre o caso, responda:

- A) Por ter colado grau em ensino superior, Sheldon poderá se submeter à emancipação legal.
- B) Por ter encerrado o ensino escolar com 11 anos, Sheldon poderá se submeter à emancipação voluntária.
- C) Como os pais de Sheldon desejam ser responsáveis por ele até que complete os 18 anos, não haverá hipótese de emancipação.
- D) Por ter colado grau em ensino superior, Sheldon poderá se submeter à emancipação voluntária.

### Estatuto da Criança e do Adolescente

**Ricardo Torques**

#### Questão 39.

Gabriela e Yuri pretendem ingressar com ação judicial própria a fim de adotar a criança I., hoje com 5 anos de idade, e que está sob guarda de fato do casal desde quando tinha 1 ano. Os pais biológicos da infante são conhecidos e não se opõem à referida adoção já que Gabriela e Yuri permitem a visita dos pais biológicos algumas vezes por ano para que I. também mantenha vínculos com os membros de sua família originária.

A respeito do caso, partindo das diretrizes impostas pelo ECA, assinale a afirmativa correta.

- A) Durante o processo de adoção, Gabriela, que reside fora do país, pode, mediante procuração, constituir Yuri como seu mandatário com poderes especiais para representar sua esposa e ajuizar a ação como adoção conjunta.
- B) Dispensável a oitiva dos pais biológicos em audiência, desde que eles manifestem concordância com o pedido de adoção por escritura pública ou declaração de anuência com firma reconhecida.
- C) Concluído o processo de adoção com observância aos critérios de regularidade e legalidade, caso ocorra o evento da morte de Gabriela e Yuri antes de I. atingir a maioria civil, ainda assim não se reestabelecerá o poder familiar dos pais biológicos.

D) A adoção é medida excepcional, que decorre de incompatibilidade de os pais biológicos cumprirem os deveres inerentes ao poder familiar, motivo pelo qual, mesmo os pais de I. sendo conhecidos, a oitiva deles no curso do processo é mera faculdade e pode ser dispensada.

#### Questão 40.

Após uma denúncia, e a constatação de indícios robustos da ação delituosa, o juiz expediu cumprimento de mandado de busca e apreensão. Os policiais, no ato da busca, encontraram fotografias de adolescentes vestidas, em posições sexuais, com foco nos órgãos genitais, armazenadas no computador de Edgar. O advogado do mesmo, em sua defesa, alega a ausência de cena pornográfica, uma vez que as adolescentes não estavam nuas, e que a finalidade do armazenamento seria para comunicar às autoridades.

Considerando o crime de posse de material pornográfico, previsto no Art. 241-B do ECA, e o entendimento dos Tribunais Superiores, merecem prosperar os argumentos da defesa?

- A) Sim, pois, para caracterização da pornografia, as adolescentes teriam que estar nuas.
- B) Não, uma vez que bastava afirmar que as fotos são de adolescentes, e não de crianças.
- C) Sim, uma vez que a finalidade de Edgar era apenas a de comunicar o fato às autoridades competentes.
- D) Não, pois a finalidade pornográfica restou demonstrada, e Edgar não faz jus a excludente de tipicidade.

### Direito do Consumidor

**Igor Maciel**

#### Questão 41.

Oswaldo, dirigindo seu veículo, parou na cancela de entrada do estacionamento do shopping center “Vende muito” para apertar no botão e pegar o ticket de pagamento. Neste momento, foi assaltado por um indivíduo que, portando arma de fogo, ordenou que a vítima abaixasse o vidro e exigiu o relógio, o celular e a carteira de Oswaldo. Durante todo o ocorrido, não havia qualquer agente de segurança no local. Na qualidade de



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

advogado da vítima, você deverá informar corretamente que:

- a) Estabelecimentos comerciais, tais como grandes shoppings centers e hipermercados, ao oferecerem estacionamento, respondem pelos assaltos à mão armada praticados contra os clientes, desde que não sejam gratuitos.
- b) O shopping center deve ser responsabilizado pelo fortuito externo, por se tratar de fato ligado aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor.
- c) Admite-se a exoneração da responsabilidade do shopping center quando ocorre fortuito interno à atividade empresarial desempenhada, isto é, evento imprevisível e totalmente alheio aos deveres anexos dos fornecedores e aos riscos por estes assumidos.
- d) O shopping center e o estacionamento vinculado a ele podem ser responsabilizados por roubo à mão armada ocorrido na cancela para ingresso no estabelecimento comercial, em via pública.

### Questão 42.

Valdenice era triatleta e machucou seu joelho durante um dos treinos. Visando sua reabilitação, ela contratou o fisioterapeuta Luciano para realizar sessões de tratamento muscular. Porém, o tratamento foi mal sucedido, e Valdenice ficou incapacitada de concorrer em três competições de triatlão, que juntas pagavam o prêmio de R\$ 50.000,00, em razão da ineficiência e da má qualidade do serviço. Por isso, procurou você, na qualidade de advogado, a fim de ajuizar demanda contra Luciano, pleiteando especialmente lucros cessantes e danos emergentes. Você deverá informar corretamente que:

- a) Valdenice deve ajuizar ação de responsabilidade pelo vício do serviço, e a responsabilidade de Luciano é subjetiva.
- b) Valdenice deve ajuizar ação de responsabilidade pelo fato do serviço, e a responsabilidade de Luciano é subjetiva.
- c) Valdenice deve ajuizar ação de responsabilidade pelo vício do serviço, e a responsabilidade de Luciano é objetiva.

d) Valdenice deve ajuizar ação de responsabilidade pelo fato do serviço, e a responsabilidade de Luciano é objetiva.

### Direito Empresarial

Alessandro Sanchez

### Questão 43.

A sociedade empresária C, assume a obrigação de, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência com as proponentes, promover, à conta de outra empresa, mediante retribuição, a realização de certos negócios com exclusividade. A contratação é tipificada em nosso ordenamento jurídico como:

- A) Concessão mercantil.
- B) Arrendamento mercantil
- C) Comissão mercantil
- D) Agência.

### Questão 44.

A sociedade CAMPO MOURÃO - LTDA, pretende consultá-lo sobre a possibilidade de a sociedade demandar os condôminos para que integralizem a referida quota. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- A) Eles são obrigados à integralização apenas a partir da decretação de falência da sociedade.
- B) Eles são obrigados à integralização, porque todos os sócios, mesmo os condôminos, devem integralizar o capital.
- C) Eles não são obrigados à integralização, pelo fato de serem condôminos de quota indivisa.
- D) Eles não são obrigados à integralização, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

### Questão 45.

No contrato da sociedade simples CUNHA & MAGALHÃES VETERINÁRIOS., não há norma regulando a sucessão por morte de sócio. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) Caberá aos sócios remanescentes regular a substituição do sócio falecido.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

- B) Haverá transmissão causa mortis da quota social.
- C) Haverá resolução da sociedade em relação ao sócio em caso de morte.
- D) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispondo sobre a sucessão por morte de sócio.

### Questão 46.

Giovani Castro Rodrigues, insatisfeito com o pequeno lucro de seu negócio, retirou-se da sociedade GRUPO SANTO LTDA, averbando, na respectiva junta comercial, novo contrato social, onde constava sua retirada e pretende consultá-lo acerca de seus haveres.

Sobre a hipótese apresentada, considerando a atual redação do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Giovani não tem direito a receber nenhum pagamento já que se retirou por vontade própria.
- B) Giovani não tem direito a apuração de haveres em levantamento especial, e deverá aguardar a assembleia-geral ordinária nos 4 primeiros meses do ano subsequente, para que possa requerer a liquidação parcial e o respectivo pagamento.
- C) Giovani terá os seus haveres apurados em 180 (cento e oitenta) dias após a averbação de sua retirada na respectiva junta comercial.
- D) Giovani terá os seus haveres apurados em balanço especial para o respectivo pagamento.

### Direito Processual Civil

Ricardo Torques

### Questão 47.

Marcos, advogado com excelente reputação na sua cidade, é procurado por Alessandro, para que seja proposta uma demanda em face de Carlos, já que ambos não conseguiram se compor amigavelmente. A fim de embasar suas alegações de fato, Alessandro entrega a Marcos contundentes documentos, que efetivamente são juntados à petição inicial, pela qual, além da procedência dos pedidos, Marcos requer a concessão de liminar em favor de seu cliente.

Não obstante a existência de tese firmada em julgamento de recurso repetitivo favorável a Alessandro,

o juiz indefere a liminar, sob o fundamento de que não existe urgência capaz de justificar o requerimento.

Posto isso, essa decisão está:

- A) correta, pois, ainda que o autor tenha razão, o devido processo legal impõe que seu direito seja reconhecido apenas na sentença, exceto na hipótese de urgência, o que não é o caso.
- B) incorreta, pois, se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, como no caso, a liminar pode ser deferida.
- C) correta, pois a liminar só poderia ser deferida se, em vez de tese firmada em sede de recurso repetitivo, houvesse súmula vinculante favorável ao pleito do autor.
- D) incorreta, pois a tutela de evidência sempre pode ser concedida liminarmente.

### Questão 48.

Joana, teve seu único bem imóvel arrematado por preço vil em um processo de execução de título extrajudicial. Inconformada, procurou você, como advogado(a), para saber que defesa poderá invalidar a arrematação. Você verifica que, no 28º dia após o aperfeiçoamento da arrematação, a carta de arrematação foi expedida.

Uma semana depois, você prepara a peça processual. Assinale a opção que indica a peça processual correta a ser proposta.

- A) Impugnação à execução.
- B) Petição simples nos próprios autos do processo de execução
- C) Ação autônoma de invalidação da arrematação.
- D) Embargos do executado.

### Questão 49.

Carla, sofrendo esbulho em imóvel de sua propriedade procura você, como advogado(a) e juntos, propõe ação de manutenção da posse. No polo passivo dessa ação figura uma grande quantidade de ocupantes. Nesse caso, o Juiz poderá:

- A) Determinar a citação somente dos ocupantes que forem encontrados no local, sem a citação por edital dos demais.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

B) Determinar que a ação corra em segredo de justiça, para preservar a identidade dos ocupantes.

C) Conhecer do pedido como reintegração de posse.

D) Permitir que qualquer réu demande pelo reconhecimento de domínio em face do autor.

### Questão 50.

Diogo, credor, propôs ação de cobrança em face de Gustavo, Fábio e Fabrício, devedores solidários de uma obrigação contratual, o que deu azo a instauração de um processo eletrônico. Após a citação de todos, os réus constituíram advogados distintos, pertencentes a escritórios de advocacia diferentes, e então, cada um separadamente ofereceu a sua peça contestatória. A sentença julgou procedente o pleito autoral. Dessa forma, o prazo para interpor o recurso de apelação é:

A) Duplicado.

B) Duplicado, desde que o recurso seja oferecido em uma única peça.

C) Triplicado.

D) Simples.

### Questão 51.

Felipe é advogado. Em 21/07/2021 recebeu a intimação eletrônica de uma sentença de um processo judicial do qual era o único patrono. Em 21/07/2021, ocorreu o nascimento do filho de José. De acordo com o Código de Processo Civil e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o prazo para a apresentação do recurso:

A) correrá de forma normal, porém se, mediante comprovação do nascimento do filho, Felipe comprovar que não tem condições de atender ao prazo, pode o Juiz deferir um prazo razoável de suspensão.

B) será suspenso por 5 dias.

C) será suspenso por 8 dias, sem a necessidade de comunicação ao cliente.

D) será suspenso, a partir da data do nascimento, ainda que outra seja a data da comprovação nos autos, que pode ser feita no momento da interposição do recurso, desde que antes de operada a preclusão.

### Questão 52.

Marcos Antônio e Júlia, depois de várias brigas resolveram se divorciar. Diante da recusa de Marco Antônio ao pagamento de alimentos, Júlia desempregada, resolve ingressar com ação a fim de exigir o pagamento.

A ação teve regular processamento, tendo o juiz proferido sentença de procedência, condenando o réu ao pagamento de um salário mínimo mensal à autora, sendo publicada no dia seguinte. Inconformado, o réu interpõe recurso de apelação, mas Júlia promove, imediatamente, o cumprimento provisório da decisão.

Diante das informações expostas, assinale a afirmativa correta.

A) A sentença não pode ser executada neste momento, pois o recurso de apelação possui efeito suspensivo.

B) A sentença não pode ser executada, uma vez que a sentença declaratória não permite a execução provisória.

C) Poderá ser iniciada a execução provisória, pois a sentença que condena a pagar alimentos começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação.

D) Pode ser iniciada execução provisória, pois os recursos de apelação nunca possuem efeito suspensivo.

## Direito Penal

**Cristiano Rodrigues**

### Questão 53.

Caio, pretendendo matar a sua amiga Laura, efetua um disparo de arma de fogo contra ela, que se encontrava encostada na janela do quarto. No laudo pericial, constatou-se que Laura faleceu não em razão do disparo, mas sim por causa do traumatismo craniano, já que teria caído da janela do 8º andar. Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

A) Trata-se de hipótese de dolo geral, e nesse caso Caio responderá pelo crime que se efetivou, qual seja, homicídio doloso pela morte por traumatismo craniano.

B) Trata-se de hipótese de aberratio criminis, e nesse caso Caio responderá pelo crime que se efetivou, qual seja, homicídio doloso pela morte por traumatismo craniano.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

C) Trata-se de hipótese de aberratio ictus, e nesse caso Caio responderá pelo crime que pretendia inicialmente, ou seja, homicídio qualificado pelo emprego de arma de fogo.

D) Trata-se de hipótese de aberratio ictus, e nesse caso Caio responderá pelo crime que se efetivou, qual seja, homicídio doloso pela morte por traumatismo craniano.

### Questão 54.

Para celebrar o aniversário de 30 anos, Bruna aluga um barco para realizar a sua festa entre seus 10 amigos. No dia da festa, o barco apresenta defeito e começa a naufragar alto-mar. O número de botes disponíveis comportava apenas 6 pessoas. Ao notarem a situação, os amigos iniciaram uma disputa entre si já que não havia vaga para todos se salvarem e o bote não suportaria mais peso. João, um dos amigos presentes, empurra Carolina e Paloma do barco, Marcelo, por sua vez, empurra Marília e Veridiana para fora do barco. Todas elas faleceram em razão do afogamento, enquanto os demais sobreviveram. Nessa situação hipotética narrada, é correto afirmar que:

A) As condutas de João e Marcelo são atípicas, diante da manifesta hipótese de legítima defesa.

B) As condutas de João e Marcelo são atípicas, diante da situação de inexigibilidade de conduta diversa.

C) O fato não poderá ser considerado ilícito e nem culpável, pois João e Marcelo agiram sob legítima defesa de terceiros.

D) Os agentes não responderão por qualquer crime, pois agiram sob estado de necessidade, excludente da ilicitude.

### Questão 55.

Reginaldo, objetivando matar suas colegas de trabalho Valéria e Eliana, adquiriu 04 munições de arma de fogo. No dia 10/01/2022 Reginaldo mira em direção à Valéria e dispara a arma de fogo por 2 vezes, atingindo sua perna esquerda e o braço esquerdo. Valéria não veio a falecer porque foi resgatada imediatamente por transeuntes que passavam no local no momento dos disparos. No dia 10/05/2022 Reginaldo coloca seu plano homicida em prática para matar a colega Eliana. Para isso, mira sua arma de fogo em direção a ela e dispara por duas vezes,

mas erra e não a atinge nenhuma das vezes. Nos casos hipotéticos narrados, é correto afirmar que:

A) Reginaldo responderá pela lesão corporal consumada com relação à Valéria e o fato será atípico com relação à Eliana, pois trata-se de crime impossível, por absoluta ineficácia do meio.

B) Reginaldo responderá pela tentativa de homicídio nos dois fatos, mas a redução da pena da tentativa com relação à Valéria será menor que a redução da pena relacionada à Eliana.

C) Reginaldo responderá pela lesão corporal consumada com relação à Valéria e o fato será atípico com relação à Eliana, pois trata-se de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto.

D) Com relação à Eliana, Reginaldo será beneficiado pelo instituto da desistência voluntária, mas com relação à Valéria responderá pela tentativa de homicídio.

### Questão 56.

Determinado dia, Lúcio e seu comparsa André abordam Carolina e sua filha Clarice na rua e as levam para um cativeiro onde estava João, inimigo de Lúcio. Lúcio aponta sua arma de fogo na direção da cabeça de Clarice e exige que Carolina desfira golpes de faca em João para lesionar-ló caso contrário a mataria. Com base no hipotético caso narrado, é correto afirmar que, ao atuar, a conduta de Carolina:

A) será típica, ilícita e culpável, merecendo apenas atenuante de pena em razão da coação moral sofrida.

B) será atípica em razão da coação física irresistível sofrida.

C) será típica, ilícita, mas não culpável, diante da inexigibilidade de conduta diversa, em face da coação moral sofrida

D) será típica, mas não ilícita, pois praticou a conduta em estado de necessidade de terceiro.

### Questão 57.

Mévio, após ter sido condenado com trânsito em julgado no ano de 2020 e enquanto cumpre a pena de 04 anos de reclusão que lhe foi imposta, recebe a notícia de que o Poder Legislativo retirou o caráter de ilícito penal da conduta pela qual havia sido condenado por meio de



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

uma lei publicada no dia 05/05/2022. No dia que recebeu a notícia, Mévio praticou lesão corporal dolosa contra outro sujeito que cumpria pena na mesma cela. Diante desse fato, Mévio consulta seu advogado para saber quais as consequências jurídicas dos fatos. Você como advogado (a) consultado, deverá esclarecer que:

- A) Mévio não precisará cumprir o restante da pena pelo primeiro fato, mas será considerado reincidente no tocante ao delito de lesão corporal.
- B) Mévio não precisará cumprir o restante da pena pelo primeiro fato e não será considerado reincidente no tocante ao delito de lesão corporal.
- C) Mévio precisará cumprir integralmente a pena imposta pelo primeiro fato com transito em julgado e será considerado reincidente no tocante ao delito de lesão corporal.
- D) A abolitio criminis tem o condão de cessar apenas os efeitos penais principais da pena, mas não os efeitos secundários como a reincidência.

### Questão 58.

Tício e Mévio, sem ajuste prévio e desconhecendo um o outro, decidem matar Simprônio. No dia dos fatos, no mesmo momento e local, os agentes miram suas armas de fogo em direção ao desafeto Simprônio e disparam. Após a conclusão da investigação policial, constatou-se que tanto Tício quanto Mévio foram os autores do delito. No laudo pericial, o perito indicou que apenas o tiro atingido no peito da vítima foi letal, mas que o outro atingido no braço esquerdo pegou apenas de raspão. Esclareceu, que as armas de fogo eram de uso restrito mas que não era possível apontar quem disparou o tiro letal. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Tício e Mévio responderão pelo homicídio qualificado em sua modalidade consumada.
- B) Tício e Mévio responderão pelo homicídio qualificado em sua modalidade tentada.
- C) Tício e Mévio não responderão por qualquer delito, pela máxima do in dubio pro reo.
- D) Tício e Mévio devem responder pelo delito menos grave, qual seja, lesão corporal.

## Direito Processual Penal

Ivan Luís Marques

### Questão 59.

Chico foi demitido e, muito nervoso, precisou passar no supermercado para comprar leite. Horrorizado com o preço, começou a gritar que estava sendo vítima de extorsão. Maria, gerente da loja, mesmo nunca tendo tido nenhum contato anterior com o cliente exaltado, foi até ele e pediu para baixar o tom de voz pois estava assustando os demais clientes. Chico, se sentindo agredido como consumidor, pegou uma panela de inox que estava na prateleira ao seu lado e acertou um golpe na cabeça de Maria, buscando lesioná-la, mas a moça, infelizmente, morreu no local. A respeito da presente situação, indique a alternativa correta:

- A) A competência será da Vara Especializada do Juizado de Violência contra a mulher.
- B) A competência será do Tribunal do júri.
- C) A competência será da Vara Criminal comum Justiça Federal.
- D) A competência será da Vara Criminal comum da Justiça Estadual.

### Questão 60.

O promotor de justiça Marlei ofereceu denúncia contra Caetano pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio contra a sua esposa (art. 121, § 2º, VI, do Código Penal). A denúncia foi recebida e o processo seguiu o seu trâmite normal. Em seu interrogatório, o réu confessou os fatos. Após o fim da instrução, o Juiz da 3ª Vara do Júri da Comarca de São Paulo-SP, mesmo em dúvida - informação essa que constou da decisão - decidiu pronunciar o acusado nos exatos termos da denúncia. A respeito dessa decisão judicial, o recurso a ser interposto e o prazo correto será:

- A) Apelação, em 5 dias.
- B) Apelação, em 8 dias.
- C) RESE, em 5 dias.
- D) RESE, em 2 dias



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Questão 61.

Fabinho, 17 anos completos, foi preso por populares após atropelar e matar, intencionalmente, um motoqueiro que chutou o espelho retrovisor de seu carro, após violenta perseguição. Por entender que faltavam apenas 6 dias para completar 18 anos e pela plena ciência da gravidade dos seus atos, foi denunciado pelo promotor Aparecido pelo crime de homicídio qualificado pela futilidade, pela desproporção entre o valor do espelho retrovisor e uma vida humana (art. 121, § 2º, II, do CP) na Vara do Júri da Comarca de Brejetuba-ES. A tese de direito processual a ser utilizada será:

- A) Rejeição da denúncia por falta de materialidade.
- B) Rejeição da denúncia por falta de autoria.
- C) Rejeição da denúncia por falta de justa causa.
- D) Rejeição da denúncia por falta de condição da ação.

### Questão 62.

Felizberta decidiu abandonar Pedro, seu marido, após não suportar mais a vida em comum. Acordou no domingo cedo, fez as malas e foi embora para a casa de sua mãe. Sem tomar nenhuma providência formal, seguiu sua vida normalmente. Após um ano da separação de fato, conheceu Rodrigo e decidiu se casar novamente. Foi ao Cartório da pequena cidade de São João da Baliza-RR, deu entrada na papelada e, após os proclamas, formalizou a sua nova união. A publicação, em sua rede social, das fotos de seu novo casamento causaram a fúria de Pedro que procurou a polícia para denunciar a bigamia de Felizberta. A respeito dessa situação, a tese de direito processual a ser utilizada por Felizberta se ela decidir alegar a nulidade de seu primeiro casamento com Pedro deve ser:

- A) inexistência do crime.
- B) exceção de incompetência.
- C) questão prejudicial.
- D) extinção da punibilidade.

### Questão 63.

Por força das alterações climáticas, em janeiro de 2023, na cidade de Limeira-SP, um ciclone causou estragos na pacata cidade com ventos de 120 km/h. Por força do vendaval, uma mala contendo 300 mil reais foi carregada

pela ação da natureza da casa de Patrick para outro bairro da cidade, caindo na residência de Fagner. O morador viu o momento em que a mala caiu das nuvens em sua porta de entrada e decidiu ficar com o dinheiro por achar que era um presente dos céus. Após uma semana, começou a ficar desconfiado de sua decisão e decidiu contratar você para uma consultoria criminal. Considerando somente as informações fornecidas pelo enunciado, responda a consulta de Fagner: ficar com dinheiro alheio trazido pelo vento pode dar causa a uma prisão temporária?

- A) Sim, pelo crime de apropriação de coisa obtida por caso fortuito ou força maior (art. 169, CP).
- B) Não, pois achado não é roubado.
- C) Sim, por força do dolo envolvido na escolha no momento da apropriação.
- D) Não, por falta de requisito objetivo para a decretação da prisão temporária.

### Questão 64.

Cleber, ativista conhecido pela luta da liberação das drogas no Brasil, foi flagrado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, na rua, em frente à sua residência, fumando um “pacau” feito com maconha. Como o cheiro do cigarro era muito forte e estranho, sua vizinha, Neide, telefonou para a PM que foi até o local e lhe deu voz de prisão em flagrante. O delegado formalizou o auto de prisão em flagrante pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal, expresso no art. 28 da Lei 11.343/2006 e concedeu ao preso a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança de R\$ 5 mil reais. Considerando o caso narrado, e com base somente nas informações que dispõe o enunciado, marque a alternativa correta:

- A) Errou a vizinha ao chamar a polícia pela atipicidade do fato.
- B) Errou a polícia militar do Rio de Janeiro pela vedação de dar voz de prisão em flagrante pelo crime do art. 28 da Lei de Drogas.
- C) Errou o delegado de polícia na capitulação do delito, pois na dúvida deve-se imputar ao preso o crime de tráfico de drogas.
- D) Errou o delegado de polícia ao lavrar o auto de prisão em flagrante e arbitrar fiança para o crime do art. 28 da Lei de Drogas.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

### Direito do Trabalho

Priscila Ferreira

#### Questão 65.

Pedro João foi demitido sem justa causa da Empresa "ZWE", quando tomaram conhecimento de que o empregado era portador do vírus HIV, o que causou grande revolta ao empregado.

Diante do caso em tela e do entendimento do TST, assinale a alternativa correta:

- A) a dispensa não pode ser considerada abusiva ou ilegal porque não há, na legislação, previsão expressa que a impeça.
- B) a dispensa deverá ser mantida, já que foi aplicada sem justa causa.
- C) o empregado poderia ter sido demitido por justa causa em razão de ter omitido informações ao empregador.
- D) a dispensa presume-se discriminatória e o empregado tem direito à reintegração no emprego.

#### Questão 66.

Uma determinada empresa localizada em Niterói concede habitualmente aos seus empregados algumas vantagens, a saber: ajuda de custo, auxílio-alimentação in natura, diárias para viagem, prêmios e abonos. Para fins trabalhistas e previdenciários, a(s) vantagem(ns) que deverá(ão) integrar a remuneração do empregado é(são):

- A) nenhuma delas.
- B) somente a diária para viagem que ultrapassar 50% do salário.
- C) somente os prêmios.
- D) somente os abonos.

#### Questão 67.

Zé Pedro acidentou-se na saída da empresa, exatamente quando se dirigia para a sua casa. Infelizmente, após vinte dias do acidente, Zé Pedro ainda continua hospitalizado.

Acerca do tema, trabalhador acidentado, assinale a alternativa correta.

- a) O trabalhador que sofre acidente do trabalho fica com o contrato de trabalho interrompido, durante todo o período.
- b) O trabalhador que sofre acidente do trabalho fica com o contrato de trabalho suspenso, durante todo o período.
- c) O trabalhador que sofre acidente do trabalho fica com o contrato de trabalho interrompido nos primeiros quinze dias e depois deste prazo, tornar-se-á suspenso o contrato.
- d) O trabalhador que sofre acidente do trabalho fica com o contrato de trabalho suspenso nos primeiros quinze dias e depois deste prazo, tornar-se-á interrompido contrato.

#### Questão 68.

Júnior e a sua empregadora Restaurante "Peixe na Telha" pactuaram em acordo individual sistema de compensação de horas extras em banco de horas. Para a licitude deste acordo, conforme o que normatiza a Consolidação das Leis do Trabalho, o mesmo deve ter previsão de compensação de horas em até

- A) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Júnior fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
- B) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Júnior fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras.
- C) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Júnior fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
- D) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Júnior não fará jus às horas extras não compensadas.

#### Questão 69.

O sindicato dos empregados nas Indústrias de Móveis de Goiânia pretende celebrar uma nova Convenção Coletiva com o respectivo sindicato patronal de modo a se ajustarem à nova realidade econômica enfrentada após



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

o término da pandemia de Covid-19. Para que seja válida a referida Convenção Coletiva, a mesma

- A) deverá ter vigência igual ou inferior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.
- B) não poderá ter prazo de vigência superior a quatro anos, admitida a ultratividade.
- C) deverá ter vigência igual ou inferior a quatro anos, sendo vedada a ultratividade.
- D) não poderá ter prazo de vigência superior a dois anos, admitida a ultratividade.

### Direito Processual do Trabalho

Priscila Ferreira

#### Questão 70.

Pedro Mariano ingressa com Reclamação Trabalhista em face da Empresa “Cristais Puros” Ltda. Contudo, a ação foi julgada improcedente em primeiro grau, mas em sede de acórdão no Tribunal Regional a decisão foi revertida.

Considerando que a publicação da decisão se deu na data de hoje e não contém vícios processuais, mas afronta literalmente à Constituição Federal, qual a medida processual a ser adotada pela empresa para tentar a reforma do julgado em sede de Tribunal Superior:

- A) Recurso de Revista.
- B) Agravo de Petição.
- C) Recurso Ordinário.
- D) Recurso Extraordinário.

#### Questão 71.

Zeinho propôs ação trabalhista em face do seu ex-empregador, o Banco “Poupe Aqui”, perante a Vara do Trabalho da localidade em que reside, diante da facilidade e para ter o pleno acesso à Justiça. O réu pretende arguir exceção de incompetência territorial. Nessa situação, com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá fazê-lo

- A) no prazo para a juntada de contestação, em peça apartada.
- B) por escrito, ou ainda de forma oral, em audiência.

C) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência.

D) como matéria preliminar de defesa, dentro de 10 dias após a notificação.

#### Questão 72.

Em determinada sentença trabalhista, o juiz do trabalho condena a empresa reclamada, por força do inadimplemento de verbas contratuais em uma indenização de 40% sobre os valores inadimplidos, a título de frutos percebidos pela posse de má-fé, com base na legislação civil, sem que houvesse pedido do autor. Em face do que orienta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, tal decisão poderá ser revista pelo Tribunal Regional do Trabalho porque

- A) extrapola o limite de 30% permitido nesse tipo de condenação.
- B) depende de requerimento na petição inicial, ainda que possível essa condenação.
- C) excede o percentual de 20%, por analogia ao limite previsto para os honorários de sucumbência.
- D) não é cabível, nem mesmo havendo pedido do autor, a condenação referida, por incompatibilidade com o Direito do Trabalho.

#### Questão 73.

Considere as assertivas abaixo a respeito da prática de atos processuais e seus prazos na Justiça do Trabalho:

- I. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- II. Apenas mediante autorização expressa do magistrado poderá ser efetivada penhora de bens aos domingos, sendo vedada, ainda que com essa autorização, nos feriados.
- III. Entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, os prazos processuais na Justiça do Trabalho ficam interrompidos.
- IV. O período que se inicia em 21 de dezembro e termina em 19 de janeiro é de suspensão dos prazos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências e sessões de julgamento.



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

V. Os prazos processuais podem ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário nas hipóteses de força maior devidamente comprovada.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- A) III e IV.
- B) I e V.
- C) II e IV.
- D) I e II.

### Questão 74.

Margarida está demandando na Justiça do Trabalho em face do seu ex-empregador, o Posto de Combustíveis Atalaia, estando assistida por advogado do sindicato dos empregados em postos de combustíveis. Na hipótese de procedência dos pedidos, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

- A) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 15% e o máximo de 30% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- B) não caberá condenação em honorários de sucumbência, eis que a mesma é restrita na hipótese de contratação de advogado particular, ficando a remuneração limitada apenas aos honorários contratados, em percentual de no mínimo 5% e no máximo de 15%.
- C) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- D) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

### Direito Financeiro

Rodrigo Martins

#### Questão 75.

O Presidente da República editou Medida Provisória para incluir uma nova despesa (abertura de crédito orçamentário adicional) na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União. Tal despesa se refere à concessão de reajuste aos servidores públicos federais. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) Nenhum crédito adicional pode ser aberto por meio de Medida Provisória.
- B) Como se trata da abertura de um crédito adicional suplementar, foi correta a utilização de Medida Provisória.
- C) Como se trata da abertura de um crédito adicional especial, foi correta a utilização de Medida Provisória.
- D) Como não se trata de um crédito extraordinário, não foi correta a utilização de Medida Provisória.

#### Questão 76.

Em atendimento às regras do edital da licitação, determinada licitante, ao firmar o contrato, recolheu R\$ 500.000,00 aos cofres da Administração Pública à título de garantia contratual (caução). É correto afirmar, sobre tal recolhimento, que:

- A) O valor da caução passa a integrar o patrimônio da Administração Pública, que dele pode dispor no orçamento.
- B) Ele é classificado como receita pública.
- C) Ele é um ingresso público, não podendo a Administração Pública dele dispor no orçamento.
- D) Possui natureza tributária.

### Direito Eleitoral

Ricardo Torques

#### Questão 77.

Bernardo, jovem de 25 anos, é Vereador pelo Município U, do Estado do P. Portanto, com domicílio eleitoral nesse Estado. Suas perspectivas políticas se alteram quando, ao liderar um grande movimento de combate à corrupção, o seu nome ganha notoriedade em âmbito



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

nacional. A partir de então, passa a receber inúmeras propostas para concorrer a diversos cargos eletivos, advindas, inclusive, de outros Estados da Federação, a exemplo do Estado M. Nessas condições, seduzido pelas propostas, analisa algumas possibilidades.

De acordo com a Constituição Federal, assinale a opção que indica o cargo eletivo ao qual Bernardo pode concorrer.

- A) Deputado Estadual pelo Estado M.
- B) Deputado Federal pelo Estado P.
- C) Senador da República pelo Estado P.
- D) Governador pelo Estado P.

### Questão 78.

Luiz Otávio, filiado ao Partido Político C, foi eleito Deputado Federal. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que o partido C não alcançara a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988. Preocupado com este fato, consultou um advogado a respeito da possibilidade de, após a sua posse, se desligar do partido C e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido. O advogado respondeu corretamente que o objetivo perpetrado por Luiz Otávio:

- A) é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão
- B) não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência do partido C.
- C) é amparado pela ordem constitucional, desde que haja anuência do partido C, e a nova filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- D) não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.

### Direito Previdenciário

Rubens Maurício

### Questão 79.

Acerca dos segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

I - são segurados obrigatórios da previdência social, como segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.

II - são segurados obrigatórios da previdência social, como segurado empregado, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

III - são segurados obrigatórios da previdência social, como contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se amparado por regime próprio de previdência social.

IV - são segurados obrigatórios da previdência social, como trabalhador avulso, aquele que, sindicalizado ou não, preste serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, ou equiparados, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra ou do sindicato da categoria, assim considerados, dentre outros, o amarrador de embarcação e o ensacador de café.

- a) I.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I e IV.

### Questão 80.

Marlete, segurada empregada do RGPS, trabalha como secretária em um escritório de advocacia e recebe um salário-mínimo por mês. Acerca dos recolhimentos previdenciários de Marlete, é correto afirmar que



## II. Simulado OAB 1ª Fase – 18/06/2023

- a) A contribuição previdenciária a cargo de Marlete será de 8% sobre seu salário-de-contribuição, ficando a cargo do empregador a retenção e respectivo recolhimento.
- b) os recolhimentos previdenciários de Marlete são de sua responsabilidade, cabendo ao empregador o dever de orientá-la na arrecadação de sua contribuição previdenciária.
- c) Quando o somatório das remunerações auferidas no período de um mês por Marlete for inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, para que o limite mínimo mensal do salário de contribuição seja alcançado ela poderá complementar a sua contribuição, utilizar o valor da contribuição que exceder o limite mínimo de uma competência em outra ou agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências.
- d) a ausência de recolhimento da contribuição previdenciária por parte do seu empregador, poderá afastar o direito de Marlete à aposentadoria.

**CONHEÇA NOSSOS CURSOS!**

**Curso para a 1ª fase:  
<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>**

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!**

**ASSINE: Estratégia Questões:  
<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>**

---